



ESTADO E TRANSIÇÃO AO COMUNISMO

SERGIO LESSA

SERGIO LESSA

ESTADO E TRANSIÇÃO AO COMUNISMO



Diagramação: Fernanda Beltrão

Revisão: Sidney Wanderley

Capa: Laura de Bona

Catálogo na Fonte

Departamento de Tratamento Técnico Coletivo Veredas

L638e Lessa, Sergio.

Estado e transição ao comunismo / Sergio Lessa. –
Maceió : Coletivo Veredas, 2021.

37 p. (e-book).

ISBN: 978-65-88704-10-3.

1. Georg Lukács, 1885-1971. 2. Karl Marx, 1818-1883.
3. Revolução. 4. Socialismo. 5. Política. I. Título.

CDU: 323.272+141.82

Elaborada por Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>. Esta licença permite cópia (total ou parcial), distribuição, e ainda, que outros remixem, adaptem, e criem a partir deste trabalho, desde que atribuam o devido crédito ao autor(a) pela criação original.

1ª Edição 2021

Coletivo Veredas

www.coletivoveredas.com

SERGIO LESSA

ESTADO E TRANSIÇÃO AO COMUNISMO

1ª Edição
Coletivo Veredas
Macció 2021

ESTADO E TRANSIÇÃO AO COMUNISMO

Se levarmos em consideração:

1) que todas as revoluções até os nossos dias não foram capazes de realizar a superação da ordem do capital – e, nesse sentido, foram derrotadas;

2) não seria possível a um servo da Idade Média descrever a sociedade burguesa que viria. Se levarmos em consideração que superar a sociedade de classes é um processo muito mais extenso e profundo do que passar de uma sociedade de classes à outra, seria exigir mais do que o impossível demandar hoje uma descrição da futura sociedade comunista. Por isso, ao discutir a transição ao comunismo, confrontamo-nos

com um elevado grau de incerteza, o qual se torna ainda mais agudo pelo fato de não contarmos com nenhum exemplo acabado dessa transição. As indicações deixadas pelas revoluções passadas são importantes, mas como são movimentos revolucionários que não conseguiram romper com o capital, as indicações são também de validade limitada;

3) que, em se tratando de um período histórico a ser necessariamente marcado por uma transição de um modo de produção a outro, as relações sociais tenderão a estar em constante metamorfose. Se a transição se inicia, digamos, na segunda-feira após o domingo em que se tomou o poder, o seu final é impossível de ser predeterminado no tempo. Seu final apenas poderá ser anunciado como o momento em que o trabalho associado fundou o modo de produção comunista. O quanto isso é genérico e impreciso, é desnecessário enfatizar;

enfim, levando-se tudo isso em consideração, percebe-se o quanto este é um dos temas mais incertos a serem discutidos nos dias em que vivemos. As dificuldades não diminuem em um texto que se propõe curto e introdutório, como este. Ainda assim, as necessidades da luta política em curso requerem algum esclarecimento deste tema, mesmo que muito provisório.

Uma confusão infernal!

Lenin, com *O Estado e a Revolução*, escreveu talvez o texto mais influente entre os revolucionários quando a questão é a relação do Estado e a transição ao socialismo. Escrito no início do segundo semestre de 1917, expõe como o revolucionário russo concebia as tarefas da revolução para com o Estado em plena Revolução Russa.

Por um lado, contra as correntes reformistas e recorrendo a Marx, Lenin insistia na importância de substituir na esfera produtiva o comando do capital pelo controle dos trabalhadores, um controle que ele argumentava possível porque a administração das pessoas seria substituída pela administração das coisas. Na esfera política, argumentava Lenin, o imprescindível seria implantar a Comuna, isto é, a elevação em poder político dos trabalhadores organizados em seus locais de trabalho e moradia. Parte importante dessa implantação seria a destruição do Exército burguês e sua substituição pela população em armas, bem como a destruição do Parlamento burguês e sua substituição por um órgão político em que os representantes receberiam o mesmo salário que os trabalhadores e em que os eleitos seriam removíveis a qualquer momento pelos seus eleitores.

Isso por um lado; por outro lado, contudo, citando o último Engels, Lenin afirmava a necessidade da estatização dos meios de produção. É uma evidência indiscutível que a produção requer uma coordenação de todas as unidades produtivas ao redor de objetivos e finalidades determinadas pelo conjunto dos trabalhadores. A questão que se coloca, contudo, é outra. Esta coordenação será realizada por meio do Estado ou pelos trabalhadores? Melhor dizendo, será realizada pelo Estado ou pelo conjunto dos trabalhadores, através de uma forma de organização que eternizará a destruição do Estado?

Há uma infinidade de questões a serem discutidas. Aqui, apenas podemos enumerar as mais importantes.

O que Lenin entende por Estado quando fala da estatização das forças produtivas? O que ele concebe como Estado “em definhamento” é a Comuna de 1871, tal como fazia Marx, por exemplo, em *A guerra civil na França*? Ou está mais próximo ao último Engels que, em *Do socialismo utópico ao científico*, enxerga nos trustes e monopólios surgidos com o capitalismo monopolista germes da economia planificada do socialismo? Pode uma organização da produção e do poder político como a Comuna ser caracterizada como um Estado ou um Estado “em definhamento”?

Essas são questões que não podemos, agora, nos deter a analisar. O que queremos salientar é que, em pleno calor da Revolução de 1917, mesmo na pena de um revolucionário como Lenin, surgem ambiguidades em

relação ao Estado e à transição. A destruição do Estado pela Comuna, como insistia Marx, converte-se na criação de um Estado-Comuna ou uma Comuna-Estado, e em poucos anos ocorreria um afastamento ainda maior das considerações clássicas de Marx. A transição ao socialismo foi deixando de ser a transição de um modo de produção a outro para se converter na transição de um Estado a outro. O que, em Marx, era essencialmente a transição de uma modalidade de trabalho à outra (do trabalho assalariado, proletário ao “trabalho livre e associado”), a transição da produção capitalista (fundada pelo trabalho proletário) à produção comunista (fundada pelo trabalho livre e associado), converte-se num processo essencialmente político de transição do Estado burguês a um Estado proletário (quaisquer que sejam as muitas variações dessa formulação).

É nesse contexto de crescente afastamento das posições de Marx que a tese de Lenin acerca da necessidade da estatização dos meios de produção, que poderia ser apenas um equívoco teórico, adquiriu conteúdo ainda mais problemático como decorrência da prática dos bolcheviques no poder.

A prática dos bolcheviques, tão logo estes chegaram ao poder em 1917, consistiu na reconstrução do Estado a partir da velha burocracia civil e militar czarista. Deve ser lembrado que tal reconstrução se deu devido à impossibilidade de uma transição ao socialismo naquele país atrasado. Também devemos recordar que até meados dos anos de 1920, a recriação

do Estado era apresentada como algo provisório, uma política que seria revertida quando a revolução eclodisse na Europa. Ou seja, depois de reconstruído, o Estado feneceria graças à revolução europeia. Como a revolução não ocorreu na Europa, o que ficou da obra bolchevique foi o Estado reconstruído, que evoluiu sem rupturas com o stalinismo.

No exame do que ocorreu na Rússia bolchevique, dois equívocos devem ser evitados. O equívoco politicista, de limitar o problema às concepções políticas dos bolcheviques, como se a trajetória da URSS pudesse ser essencialmente diferente caso fossem diferentes as concepções bolcheviques; e o equívoco mecanicista, que converte necessidade em virtude: como a transição não era possível ao socialismo, então todas as medidas adotadas pelos bolcheviques seriam as corretas. O maior equívoco dos teóricos bolcheviques (não apenas de Lenin) foi o de apresentar como socialismo o que não era nem podia ser socialismo: a ordem econômica, social e política que nasceu da Revolução de 1917 e terminou isolada “em um só país”. Ao se falsificar a realidade, a ciência foi substituída pela propaganda, no pior sentido do termo. E a dialética se converteu, das leis do movimento histórico da matéria, em pura retórica, isto é, “na arte e na maneira de sempre se cair de pé”, como escreveu Semprun em um texto genial, “Autobiografia de Federico Sanchez”.

Não há espaço, aqui, para essa discussão. O leitor

interessado talvez se beneficie com o livro publicado pelo Coletivo Veredas, *A Grande Revolução Russa (1917-1921)*. O que a nós interessa é que, desde então, a grande maioria do campo leninista e todo o campo stalinista passaram a defender a reconstrução, quando não o fortalecimento do Estado, após a tomada do poder pelo proletariado. E passaram a ridicularizar a posição oposta, acusando-a de propor a eliminação do Estado “por decreto”! Não demorou muito para que a defesa como da tese de que seriam socialistas a URSS, a China, Cuba, o Vietnã, a Albânia etc. levasse a uma nova rodada de propaganda: lá existiria o “socialismo real” em oposição à proposta de socialismo, que seria utópica, de Marx.

Para aumentar a confusão, a defesa da tese de que o Estado seria parte essencial do “poder proletário” que surge com a revolução é, também, a posição de grandes pensadores marxistas do século 20 e que estão longe de ser tipicamente stalinistas, como Gramsci e Lukács. Ademais, o crescimento da social-democracia também contribuiu para que se generalizasse a concepção de que o socialismo se faria pela mediação do Estado. Foi se formando, desse modo, um amplo campo político-ideológico, internamente heterogêneo, mas que converge com as teses que podemos denominar de stalinistas sem que cometamos crime algum. Referimo-nos a pensadores e lideranças políticas significativas como os já mencionados Lukács e Gramsci, e ainda Losurdo, Varga, Togliatti, Torrez, Enver Hodja, Mao Tsé-Tung;

entre nós, às posições clássicas do campo composto pelo PCB, PCdoB, PSTU, PCO, PSOL etc.

Apesar de suas não poucas diferenças, todos deste campo concordam que a revolução deve criar um novo Estado, e não destruí-lo. A criação pela revolução proletária de um Estado operário (ou o nome que se queira dar) é, para todo esse campo, imprescindível porque caberia ao Estado a propriedade dos meios de produção. A separação entre parasitas e produtores, entre o controle (o trabalho intelectual) e a produção (o trabalho manual), se manteria. Os gestores do Estado deveriam impor sobre os produtores a “racionalidade” da nova organização, estatal, da produção.

O Estado “operário” termina sendo, de fato, um Estado e, por isso, possui similaridades profundas com o Estado burguês: com ministérios que muitas vezes se convertem em Comissariados, mas não alteram suas funções sociais; com órgãos como o Exército, a polícia e o Direito, e seus burocratas que se distinguem dos operários pelo lugar que ocupam (são parasitas) na estrutura produtiva etc.; com suas polícias secretas, masmorras, estímulos materiais à produção, mercado, dinheiro e assim por diante.

Os stalinistas afirmam que, sendo proletário o Estado, os trabalhadores é que estariam no controle da produção por meio do Estado. Sabemos que isso não passou de uma balela, pois, para os stalinistas e uma boa parte dos leninistas, a grande diferença entre o Estado burguês e o operário estaria em nome de qual

classe se exerceria o poder político. Contudo, o poder político e o Estado continuariam sendo essencialmente os mesmos que na sociedade atual. Como o proletariado encarna os interesses históricos da maioria da população, argumentam, o poder político-estatal proletário seria muito mais democrático que o poder político-estatal burguês. Essa diferença de grau de democracia decorreria da alteração do conteúdo de classe do Estado, que antes da revolução seria burguês e, após, proletário. Contudo – e isto é o fundamental –, esta alegada maior democracia não seria decorrente nem da destruição do Estado nem do controle da produção pelos trabalhadores e proletários, e sim da estatização dos meios de produção.

A confusão estava, então, formada. Como Marx e Engels, contra Bakunin, argumentaram que é necessária a organização em poder político do proletariado após a tomada do poder para se derrotar as classes dominantes, deduzem os teóricos deste amplo campo composto por reformistas, social-democratas, liberais, alguns leninistas e todos os stalinistas, que teria de ser recriado o Estado tal como os bolcheviques fizeram entre 1917 e 1920 na Rússia. Por este malabarismo, terminam sendo falsamente identificadas as posições atuais de muitos leninistas, reformistas e de todos os stalinistas com as posições clássicas de Marx no debate travado com os anarquistas no século 19.

Esta confusão, em larga medida proposital, sugere haver a mais retilínea e harmônica continuidade entre

Marx e Stálin – um absurdo que deveria despertar imediatamente a desconfiança de todos. Pois, enquanto Marx e Engels tratavam a transição do ponto de vista da passagem do trabalho abstrato ao trabalho associado, portanto uma transição de um modo de produção a outro, muitos revolucionários coincidiram com os reformistas e stalinistas na limitação da transição apenas de um Estado a outro, da ordem política burguesa a uma suposta ordem política proletária.

Caiu no esquecimento que o fundamental da transição é o trabalho associado. Como seria possível a Comuna sem que o controle da produção estivesse, ao menos predominantemente, nas mãos dos trabalhadores? Como seria possível a Comuna sem que a revolução proletária alterasse de modo muito significativo as relações burguesas de produção já na fase preparatória da tomada do poder? Se as relações de produção burguesas não são destruídas em medida significativa durante a tomada do poder, se a burguesia continuar controlando o fundamental da produção e da distribuição, como seria possível um poder proletário, uma organização como a Comuna?

Bem analisadas as coisas, esta linearidade entre Marx e Stalin é pura propaganda, no sentido pejorativo do termo. O fato de Marx denominar a Comuna de um poder político cujo conteúdo é a Ditadura do Proletariado não quer dizer, de modo algum, que se trata do Estado bolchevique recriado a partir do Estado czarista. A defesa por Marx e Engels, contra Bakunin,

de que o Estado não desapareceria automaticamente com a tomada do poder pelo proletariado e, por isso, era imprescindível a organização da Comuna, em nada se aproxima – é mesmo o oposto – da defesa do Estado “proletário” tal como hoje encontramos entre os reformistas, entre a maior parte dos leninistas e em todo o campo stalinista.

Há, ainda, um aspecto da questão a ser ao menos assinalada. Já em 1919-20, na esteira tanto da Revolução Russa quanto da Revolução Alemã, tem início uma tendência crítica tanto à estratégia bolchevique de centralizar o poder no Estado e destruir os *Soviets* (Conselhos) quanto à estratégia da social-democracia alemã de subsumir os conselhos e uniões operárias ao Estado e ao seu Parlamento. Anton Pannekoek é seu expoente mais conhecido.

Nessa crítica, para nossa discussão, dois aspectos parecem importantes. Primeiro é que argumentam que são os Conselhos na experiência russa e alemã os reais órgãos do proletariado revolucionário, enquanto a Comuna, tanto pela sua base social (pequeno burguesa no fundamental, com uma classe operária pouco desenvolvida) quanto pela ideologia nela predominante (blanquista, proudhonista etc.), não o seria. Que, portanto, ao investigarmos a transição ao comunismo, os Conselhos e não a Comuna deveriam ser o nosso referencial principal. Nosso parco conhecimento, aliado ao fato de que aqui tentamos discutir tendo por base as teorizações de Marx e Engels, nos

fazem manter a Comuna como nossa referência, mas não queremos deixar passar em branco o fato de que há teorizações que postulam os Conselhos e não a Comuna como o referencial necessário.

O segundo aspecto: eles propõem a expressão “autogestão proletária” para distinguir com clareza o “controle operário da produção” (tal com entendido por Lenin e pelos revolucionários russos) do gerenciamento completo da produção pelos operários. Por quase nada conhecermos desta literatura e desta vertente do movimento comunista, deixamos aqui assinalados esses aspectos também para observar que, ao menos provisoriamente, continuaremos a empregar a expressão “controle operário” sobre a produção no sentido marxiano original, o qual, nos parece, coincide com a defesa da Ditadura do Proletariado por Pannekoek, qual seja: que a produção e a distribuição serão ordenadas conscientemente pela totalidade dos trabalhadores no processo de luta contra a burguesia e seus aliados.

O que são o Estado e a política para Marx e Engels?

As sociedades primitivas eram tão carentes, dependiam tanto da natureza para sua sobrevivência, que não conheceram nem o Estado nem a política. Estes surgem apenas quando, com a transição para a agricultura e a pecuária, a produção passou a exceder as necessidades dos que trabalhavam (o trabalho excedente) e enquanto ainda não era possível superar a carência (a produção não era suficiente para atender às necessidades de todos). Foi essa articulação entre trabalho excedente e carência que deu origem à exploração do ser humano pelo ser humano; é essa articulação o fundamento de todas as sociedades de classe.

O Estado e a política brotaram de uma mesma e única necessidade: a necessidade de as classes dominantes se apropriarem da riqueza produzida pelos trabalhadores. Isso vale para todas as sociedades de classe, do modo de produção asiático ao capitalismo de nossos dias. Em todas elas, apenas por meio da aplicação organizada, administrada, cotidiana da violência sobre os trabalhadores tem sido possível a acumulação da propriedade privada pelas classes dominantes. A forma da aplicação desta violência se altera ao longo

do tempo, mas sua essência é a mesma: expropriar a riqueza que os trabalhadores produzem.

O atendimento da necessidade de aplicação organizada da violência encontra, todavia, um primeiro obstáculo prático. Quando se trata de violência, números contam. E o número de trabalhadores é sempre muito maior que o total dos indivíduos das classes dominantes. Enquanto na Roma antiga havia 756 escravos para cada senhor de escravo, hoje há dezenas de milhares de operários para cada burguês. As revoltas dos trabalhadores (já pelo seu mero número) são uma ameaça constante às classes dominantes e é para enfrentar essa ameaça que elas organizam o Estado. Este nada mais é que um instrumento especial de repressão a serviço dos exploradores. Ele é composto pela burocracia, pelo Direito e pelas forças armadas (polícia, exército, prisões etc.).

A necessidade de aplicar a violência sobre os trabalhadores enfrenta, ainda, um segundo obstáculo prático: como os indivíduos que compõem as classes dominantes são proprietários privados, há uma permanente concorrência entre eles. Todos necessitam do Estado para manter seus privilégios. Contudo, cada proprietário privado prefere que todos os outros membros das classes dominantes colaborem para pagar o custo do Estado – menos ele. Se fosse deixado à livre vontade de cada membro da classe dominante, o Estado nunca seria criado.

Por essa razão o Estado tem de ser uma força

política que está acima da sociedade, acima até mesmo das classes dominantes. Quando Marx e Engels falam da independência relativa do Estado em relação às classes dominantes, referem-se a que o Estado apenas pode organizar a aplicação da violência sobre os trabalhadores se for também capaz de impor aos indivíduos das classes dominantes os interesses coletivos dessas mesmas classes. Só assim o Estado pode, por exemplo, criar uma lei que obrigue, sob pena de violências e punições, os membros

O Estado é sempre e necessariamente um instrumento das classes dominantes para explorar os trabalhadores; o seu caráter de classe não elimina, contudo, o fato de que apenas pode cumprir essa função se for uma organização separada e acima do conjunto da sociedade, uma organização que se diferencia do conjunto da sociedade por concentrar o poder político e pela legitimidade de seu sistemático recurso à violência.

O Estado é precisamente isto: um complexo social que apenas pode cumprir sua função se for distinto do conjunto da sociedade. Essa distinção não é sempre da mesma qualidade. Enquanto representante político das classes dominantes, pode ter contradições, contudo jamais antagonismos com elas. Enquanto opressor dos trabalhadores, apenas pode ter antagonismo, jamais simples contradições, para com eles. Mas em todo e qualquer caso, o Estado é um poder político que está acima e é distinto do todo

social e que tem apenas uma serventia: reproduzir a sociedade de classes.

É também por essas razões (há outras) que Marx e Engels sempre defenderam que no comunismo não haverá nem Estado nem política. A sociedade comunista será uma forma de organização mais elevada, muito superior e infinitamente mais livre do que o mais democrático Estado jamais sonhado pelo utopista mais radical.

É nesse contexto que Marx trata rigorosamente como sinônimos a democracia proletária, a Comuna e a Ditadura do Proletariado. O pré-requisito é o controle pelos trabalhadores da produção e da distribuição. As posições de Marx são, por isso, opostas às dos nossos reformistas, stalinistas e boa parte dos leninistas dos nossos dias, que apregoam o controle da produção pelo Estado a, que apregoam estatização dos meios de produção.

Se Marx estiver correto, a transição ao comunismo não se fará pela mediação do Estado.

A transição ao comunismo

Marx foi muito econômico ao tratar da transição ao comunismo.

Os seus argumentos são bem conhecidos: como a história não é teleológica, não há como conhecer as mediações concretas pelas quais será realizada a superação da exploração do ser humano pelo ser humano. O que se pode afirmar é a certeza, tirada da análise do presente, de que esta superação é uma necessidade e uma possibilidade atuais. Uma necessidade, porque o capital apenas pode oferecer misérias crescentes e, no limite, a destruição da humanidade. Uma possibilidade, porque o atual desenvolvimento das forças produtivas favorece o surgimento de um modo de produção que supere a exploração do ser humano pelo ser humano, que deixe no passado a propriedade privada.

Foi apenas com a experiência da Comuna de Paris, de 1871, que Marx passou a contar com um exemplo histórico para tentar tirar algumas lições e fazer algumas generalizações quanto ao futuro. Por essa razão é que nos seus escritos a partir dos dias da Comuna há uma diferença no grau de concreção com que se refere ao Estado e à luta de classes imediatamente após a tomada do poder.

Já mencionamos que nos textos de Marx a transição do capitalismo ao comunismo é sempre tratada como uma transição de um modo de produção a outro. No *Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra civil na França em 1871*, Marx diz textualmente:

Eis o seu verdadeiro segredo: a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho.

Sem essa última condição, o regime comunal teria sido uma impossibilidade e uma impostura. A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social. A Comuna devia servir de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apoia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe.

Este “trabalho emancipado” é o “trabalho livre e associado”. O trabalho proletário é a forma mais desenvolvida possível da exploração do ser humano pelo ser humano. O trabalho associado é o trabalho sob o controle consciente da totalidade dos que trabalham. Se o trabalho proletário apenas pode produ-

zir o capital e, por isso, requer o Estado, o trabalho associado apenas pode produzir valores-de-uso e, assim, é incompatível com o Estado. (Ao leitor interessado nas razões pelas quais o trabalho associado é incompatível com a existência do Estado, indicamos o texto *Trabalho proletário, associado e comunismo*, da coleção “Textos de Combate” do Coletivo Veredas)

E é nesse contexto que Marx se refere à Ditadura do Proletariado.

O que ele enxergou na Comuna de Paris foi um processo que, na sua essência mais decisiva, no plano da produção, iniciou a reversão da separação entre produtores e parasitas e, no plano político, iniciou a devolução à sociedade do poder político, antes centrado no Estado.

Na produção, isto é, no complexo social que se articula ao redor do trabalho, a distinção entre os produtores da riqueza social e os apropriadores privados desta riqueza inicia seu processo de extinção quando os trabalhadores se apropriarem das unidades produtivas, tal como ocorreu na Comuna. Na política, também tal como ocorreu na Comuna, as decisões e a execução dessas decisões caberiam ao mesmo e único corpo político representativo de todos os revolucionários. A nova forma de organização saída da revolução, que engloba uma nova forma de produzir e de exercer o poder político, é a Comuna.

A Comuna nada mais é que a Ditadura do Proletariado. Este é o núcleo decisivo da argumentação de

Marx: o início da transição ao comunismo é o germe de um novo modo de produção sob o controle dos produtores e de uma nova forma de organização social na qual o poder brota do controle pelos trabalhadores das atividades produtivas.

Diz Marx em *A guerra civil na França*:

A simples existência da Comuna implicava, como algo evidente, um regime de autonomia local, porém já não como contrapeso a um poder estatal, que agora era supérfluo.

O pressuposto direto e imediato, absoluto, da Comuna é que tanto o domínio político do capital sobre a sociedade (o Estado) quanto o domínio do capital sobre a produção (o controle das fábricas, da distribuição, das fazendas, do transporte etc.) foram profundamente abalados pelas lutas de classe que antecederam a tomada do poder, porque, em larguíssima medida, passaram ao controle dos trabalhadores. Que a Comuna de Paris pôde realizar isso de modo apenas inicial, isso não altera os argumentos essenciais de Marx.

A diferença entre a tomada do poder por meio de eleições e por via revolucionária reside justamente nisto: a revolução altera o equilíbrio de poder entre as classes, torna possível o que antes era impossível. Sem que elimine completamente as classes, coloca o poder político e a produção sob o controle dos trabalhadores e proletários, e é isso – e apenas isso – que pos-

sibilita aos revolucionários substituir o poder da burguesia. Sem que os trabalhadores e proletários tomem conta da produção e da distribuição, ou seja, enquanto a burguesia continuar a retirar de seus explorados a mais-valia de que necessita, o proletariado não será capaz de tomar o poder. A Comuna é precisamente isto: o primeiro exemplo histórico no qual a burguesia perdeu o controle da produção e da política (ainda que um exemplo muito limitado, pois durou apenas 73 dias e ocorreu apenas em uma cidade, Paris).

De sábado a terça-feira

Continuemos com nosso exemplo: o proletariado tomou o poder no domingo. Se, no sábado imediatamente anterior, as fábricas e fazendas estiverem produzindo mais-valia, os comerciantes continuarem a dominar a circulação de mercadorias, se os transportes persistirem nas mãos do capital, se as escolas, hospitais, prisões, polícias, exército etc. se mantiverem sob o controle do Estado, não houve então nenhuma revolução proletária. Tivemos uma eleição ou um golpe de Estado. Em ambos os casos, indivíduos proletários podem até ter ocupado elevadas posições no Estado, mas o poder continua com as classes dominantes.

Se houver uma revolução, a tomada do poder político pelo proletariado será precedida pela tomada do poder nos locais de trabalho e moradia e pela destruição do Estado. Nas fábricas, nas fazendas, nos bairros, nos transportes, nas comunicações, nos serviços públicos etc., os trabalhadores tomarão o controle das atividades. O exército e a polícia serão desmontados pelas lutas de classe; os serviços controlados pelo Estado, similarmente, passarão a ser controlados pelos trabalhadores.

Isso significa que as relações de produções foram alteradas de modo importante. O controle dos trabalhadores e operários dos locais de moradia e trabalho traz em si a possibilidade de uma nova organização da totalidade social que supere tanto a exploração do ser humano pelo ser humano quanto a da família monogâmica (o patriarcalismo), do Estado e da política.

Em outras palavras, a tomada do poder pelo proletariado em uma revolução (não em um golpe de Estado ou uma eleição) significa a destruição da velha ordem, a destruição do poder estatal que é a elevação em política da força econômica da propriedade privada. Nisto consiste o poder político proletário: em destruir o Estado. E essa destruição se faz não “por decreto”, mas pelo intenso e complexo, desigual e contraditório processo de luta de classes que têm sido as revoluções até hoje. O elemento essencial dessa luta de classes é a tomada do poder na produção e nos locais de moradia pelos trabalhadores revolucionários, a dissolução do Exército e da polícia e a sua derrota militar pela população em armas.

Apenas com um sábado no qual os trabalhadores tomaram o poder nos locais de trabalho e moradia e destruíram o Estado pode haver um domingo em que se tome revolucionariamente o poder.

Se isso ocorrer, como seria a segunda-feira?

Trotsky narra que, no dia seguinte à Revolução de Outubro, se contasse com um único batalhão, a contrarrevolução teria retomado o poder: um porre

geral e irrestrito deixou literalmente nas sarjetas a população trabalhadora de Petrogrado.

Marx assim descreve os dias da Comuna em Paris:

Já não havia cadáveres no necrotério, nem assaltos noturnos, nem simples furtos. Pela primeira vez desde os dias de fevereiro de 1848, podia-se andar com segurança pelas ruas de Paris, e isso sem que existisse polícia de nenhuma espécie. “Já não se ouve falar – dizia um membro da Comuna – de assassinatos, roubos e agressões. Dir-se-ia que a polícia levou consigo para Versalhes todos os seus amigos conservadores”. As meretrizes haviam encontrado o rastro de seus protetores, furtivos homens de família, de religião e, sobretudo, de propriedade. Em seu lugar, voltavam a aparecer as autênticas mulheres de Paris, heroicas, nobres e abnegadas como as mulheres da antiguidade. Paris trabalhava e pensava, lutava e dava o seu sangue; radiante no entusiasmo de sua iniciativa histórica, dedicada a forjar uma sociedade nova, quase se esquecia dos canibais que tinha às suas portas.

Além de uma enorme felicidade e festa não menor, a sociedade encontrará na segunda-feira uma realidade essencialmente distinta do seu passado. Como será a segunda-feira?

Em primeiro lugar, haverá a tarefa de organizar a produção e distribuição dos bens. A produção e a distribuição terão de ser organizadas consciente e coletivamente por todos os trabalhadores a partir da pro-

dução já existente. Mas essa organização – seja qual a forma que venha a assumir concretamente – terá de se dar pelo fortalecimento do poder dos trabalhadores e operários sobre os locais de trabalho e de moradia. Terá de ser uma organização que dê conta da coordenação geral dos processos de produção e distribuição e que não se eleve, nem se distinga, do conjunto dos trabalhadores e operários. Em poucas palavras, não poderá ser um poder que se coloque acima dos trabalhadores, mas o poder dos próprios trabalhadores organizados em corpo social. Isso é a Comuna. Terá de ser uma “revolução política com alma social”, como já dizia o jovem Marx nas *Glosas Críticas*.

Em segundo lugar, como em todas as revoluções até hoje, as classes dominantes derrotadas se lançarão numa guerra para destruir o novo poder. Na maior parte das revoluções, a guerra civil que as acompanha é inaugurada pela reação armada das antigas classes dominantes que perderam o poder.

Até hoje – e essa é uma marca da derrota de todos os intentos revolucionários (derrota no sentido de não abrirem a transição para além do capital) – o ataque militar das classes dominantes foi enfrentado com a criação de um novo Estado. Tanto na URSS quanto na China, tanto na Argélia quanto no Vietnã, tanto em Cuba quanto na antiga Iugoslávia – com seus processos revolucionários muito distintos –, o que houve de comum foi a criação de um novo Estado na mesma medida e proporção em que se derrotava militarmente

a contrarrevolução.

Isso foi possível e necessário porque, em todas as revoluções do século 20, tratou-se da passagem de sociedades muito atrasadas, por vezes com traços predominantes de relações pré-capitalistas de produção, a sociedades plenamente integradas à ordem capitalista mundial. Foram transições de sociedades de classes atrasadas para outras mais modernas no sentido do capital. Era preciso, portanto, no processo de transição, constituir órgãos de um “pré-Estado” que depois, desenvolvidos, se convertessem nos Estados daquelas revoluções. Mas, lembremos, foram revoluções que não tinham condições históricas de superar a sociedade de classes. Portanto, revoluções que necessitaram do Estado para manter o poder, como ocorre em toda e qualquer sociedade de classe.

Em um processo revolucionário no qual a ofensiva proletária tomou o poder nos locais de trabalho e de moradia e, nesse mesmo processo, destruiu o Estado, a nossa segunda-feira apresentará uma situação inteiramente diversa do ocorrido em todas as revoluções até hoje. Não se tratará de organizar um Estado para realizar a transição de uma sociedade de classes para outra sociedade também de classes. Tratar-se-á de organizar uma nova sociedade na qual o Estado não seja recriado – pelo contrário, na qual sua destruição seja eternizada.

Aqui também haverá um enorme obstáculo: a reação armada da contrarrevolução.

Se esta reação for enfrentada pela criação de um exército tal como hoje conhecemos, com uma estratégia militar tal como a atual, a contrarrevolução já terá vencido antes do primeiro confronto. Pois este exército apenas pode existir como parte de um poder que exerce a violência acima e sobre os trabalhadores – e este poder é, sem mais nem menos, o Estado. Se na segunda-feira do nosso exemplo, a estratégia militar a ser seguida, *à la* Trotsky, for o emprego de um exército regular burguês, a revolução terá sido derrotada antes de chegarmos à terça-feira. Pois este exército regular apenas pode ser organizado através da reconstrução do novo Estado e a partir das ruínas do Estado anterior.

Se as revoluções futuras de fato abrirem a transição para o comunismo, na nossa segunda-feira a recriação do exército e do Estado será confrontada com uma nova possibilidade: uma tática e estratégia de luta coordenada e descentralizada, tanto nas cidades quanto no campo. A ação descentralizada e coordenada possui um impacto bélico muito maior do que um exército burguês, como já mostram hoje mesmo os casos ainda muito limitados dessa forma de luta que são as guerrilhas.

Da Coreia e do Vietnã à Revolução Espanhola, das ocupações das fábricas na Itália após a Segunda Grande Guerra às greves operárias de 1936 e 1968 na França e de 1967 na Inglaterra, nos cinturões operários chilenos na época de Allende, na batalha de Mogadíscio

(1993) etc., em todos esses casos as táticas e a estratégia da ação coordenada e descentralizada se mostraram mais eficientes do que as forças militares tradicionais. As derrotas ocorreram pela impossibilidade de a luta se generalizar, e não pelo aspecto estritamente militar. No Brasil tivemos uma modesta antecipação dessa potência quando o PCC, através de milhares de ataques às forças policiais, em uns poucos dias reduziu à paralisia a cidade de São Paulo. Um centro urbano cujas unidades produtivas e locais de moradia estão sob controle dos trabalhadores converte-se num terreno mortal para o exército burguês.

Some-se a esse maior impacto bélico o fato de que o poder dos operários e trabalhadores nos locais de moradia e trabalho é um forte elemento na desagregação das forças militares contrarrevolucionárias. Nos períodos de avanço revolucionário, mesmo em revoluções que não puderam abrir o caminho ao socialismo, isto sempre ocorreu: a luta de classes penetrou nos exércitos e nas instituições repressivas e promoveu o desmantelamento. Isso contribuirá ainda mais para a vitória da nova tática e da nova estratégia que deverão vir com a revolução proletária.

Resumindo: com a revolução proletária, na “segunda-feira” estaremos assistindo ao surgimento de novas táticas militares e novas estratégias que serão o prosseguimento, nas novas condições da luta de classes, do controle pelos trabalhadores e operários de seus lugares de trabalho e moradia. É o prosseguimento da

destruição do Estado. Essas novas táticas e a nova estratégia serão, também, a consolidação do poder dos proletários e trabalhadores sobre as unidades produtivas e os locais de moradia. Parafraseando um conhecido teórico da guerra, as novas táticas e a nova estratégia serão o prosseguimento no plano militar do novo poder político surgido com a revolução.

Isso não é uma utopia: todas as passagens a um novo modo de produção produziram novas táticas e novas estratégias militares. Com a revolução proletária não deverá ser distinto.

Ainda Marx: a Ditadura do Proletariado

Segundo Marx, esta forma de organização social que brota da revolução proletária é a Comuna. E ela é a realização da Ditadura do Proletariado.

No passado e no presente, todos os Estados e todas as ideologias das classes dominantes tentaram, por todos os meios, velar seu caráter de classe. Desde Aristóteles até Hegel, o Estado é apresentado como a encarnação dos interesses universais dos seres humanos. Até hoje o pensamento conservador tenta fazer crer que o poder político e o Estado são instrumentos que servem aos interesses de todos. Sabemos da falsidade dessas ideologias.

Na “segunda-feira” seguinte ao “domingo” em que o proletariado tomou revolucionariamente o poder, o conflito militar e político com as antigas classes dominantes continuará a ocorrer. É verdade que em novas condições históricas, com o proletariado tendo destruído o Estado, mas o conflito ainda será entre as antigas classes que perderam o poder estatal e o poder proletário que lutará para se firmar contra a tentativa contrarrevolucionária de recriação do Estado. Este conflito tem uma dimensão política insuperável: será a opressão, inclusive militar, de uma classe sobre outra. Marx não precisava recorrer ao estratagema das

velhas ideologias ou dos grandes pensadores do passado para justificar o novo poder proletário. Era preciso que o denominassem pela sua essência □ porque este novo poder político também será superado pela sociedade comunista. Este poder é uma ditadura porque é a opressão política de uma classe; é uma ditadura do proletariado porque é a destruição da burguesia pelo proletariado.

A Ditadura do Proletariado, portanto, será algo radicalmente distinto, ontologicamente diferente, do que tivemos, por exemplo, na Rússia entre os anos de 1918 e 1921 (o período da Guerra Civil e do “comunismo de guerra”). Não terá nada a ver com a criação de Estados em processos de revoluções mais prolongados, como na China e no Vietnã. Nada semelhante ao que assistimos em Cuba, na antiga Iugoslávia ou na Argélia.

O que será a Ditadura do Proletariado? Após a destruição do Estado pela revolução proletária, será a forma pela qual se organizarão os trabalhadores e proletários para derrotar a contrarrevolução e, simultaneamente, criar uma coordenação da produção e distribuição de bens que transite do princípio “de a cada um o quanto trabalhou” para o princípio: “De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades” (Marx), ou seja, que transite do socialismo ao comunismo. Esta forma superior de sociedade só poderá se concretizar pela generalização em totalidade social do controle dos produtores de seus locais de trabalho e moradia. Portanto, sem um

poder externo e que ordene “de cima” a exploração dos trabalhadores, sem um Estado.

A Comuna, por isso, está longe de ser o que, no debate atual, se compreende por Estado proletário ou mesmo por Estado. Nada tem a ver com o que ocorreu na Rússia pós-revolução. A Comuna é o poder político dos trabalhadores que controlam a produção da riqueza, e não um poder superior e deles distinto. Ela é uma ditadura do proletariado sobre a burguesia que apenas pode existir *se não for uma força acima e distinta dos trabalhadores*. Eis o sentido com que Marx fizeram a defesa do Estado da Ditadura do Proletariado contra Bakunin. Como vemos, algo absolutamente oposto à ditadura stalinista, ao projeto de um Estado proletário, e oposto à tese de que o socialismo requer a estatização dos meios de produção que a maioria dos reformistas, leninistas e os stalinistas defendem em nossos dias.

Como isso se dará, concretamente? Para sabermos, teremos de aguardar que uma próxima onda revolucionária abra a transição ao comunismo, tal como Marx teve de aguardar a Comuna de 1871.

O que fazer até lá? Organizar a defesa teórica e a propaganda da Revolução Proletária é a tarefa mais urgente.